



APOIOS EMPRESAS PODEM TER DE REAJUSTAR NEGÓCIO

As perdas são elevadas e há empresas que terão de recorrer às linhas de crédito para se reerguerem do impacto da tempestade. CIP e AEP admitem que medidas em cima da mesa são pensadas a curto prazo.



TEXTO
Sónia Peres
Pinto

Apesar de elogiar as medidas de apoio anunciadas pelo Governo às empresas afetadas pela tempestade, as entidades patronais não só pedem agilidade em todo o processo como também admitem que as verbas poderão ter de ser reforçadas, havendo casos em que terá de haver uma reestruturação, ou até mesmo, uma redefinição do negócio.

«Tenho uma expectativa positiva de que os apoios possam ser descomplicados. Não estou a pedir menor escrutínio, pois este é necessário para perceber quem precisa quando digo que tem de ser descomplicado é no sentido que cheguem rapidamente», diz ao *Nascer do SOL* Armando Monteiro, presidente da CIP.

No entanto, o responsável chama a atenção para as dificuldades que algumas empresas terão de enfrentar, apesar das ajudas, tendo em conta que muitas das que foram afetadas já têm entre 30 e 40 anos. «Há sempre o receio do que possa acontecer a estas empresas porque recomeçar é mais difícil do que começar. Estes empresários começaram os seus negócios quando tinham a vida toda pela frente, hoje não é assim. É preciso que haja agora uma força animada muito grande para que sejam estimulados. Muitos deles são projetos de vida», salienta.

Uma questão que ganha maior con-

torno quando, na maior parte desses casos, trata-se de sociedades por quotas, em que o património da empresa confunde-se com o próprio património pessoal. E deparam-se com mercados menos previsíveis. «Hoje é tudo muito mais imprevisível do que era porventura quando estes negócios começaram, muitos até estão a ter dificuldades porque estavam em mercados protegidos e agora com a globalização não é fácil encontrar nichos de mercado», lembrando que algumas destas empresas estavam ligadas a determinadas fileiras internacionais e «se não houver uma capacidade de resposta rápida ficam para trás, porque naturalmente estes clientes não vão ficar à espera muito tempo para que seja restabelecida a capacidade de produção em Portugal».

Perante esse cenário, Armando Monteiro defende que haja apoios mais concretos na reestruturação de negócios ou, até mesmo, na sua redefinição e que apoio seja traduzido em meios financeiros e não apenas em crédito. «Não nos podemos esquecer que, muitos destes projetos, quando arrancaram tiveram apoios pecuniários e agora para recomeçarem têm de recorrer a crédito. Tem de haver um estímulo para manterem os postos de trabalho e porventura para criarem novos, principalmente numa região [Centro] que é talvez uma das mais empreendedoras do país, em que há unidades empresariais que são o principal empregador de um concelho [Leiria] que se habituou a desenvolver os seus negócios, a não estar de mão estendida»,

diz ao nosso jornal. E aponta o vidro e os moldes como as indústrias importantes daquela região.

RESPOSTA APENAS A CURTO PRAZO

Também Luís Miguel Ribeiro, presidente da AEP, vê com bons olhos as medidas de apoio apresentadas pelo Governo – representando uma resposta integrada que combina apoios financeiros (linhas de crédito orientadas para a recuperação e para a tesouraria das empresas; moratórias de empréstimos), medidas de apoio ao emprego (layoff simplificado, isenção temporária de contribuições para a Segurança Social), instrumentos de natureza fiscal e uma simplificação administrativa, refletindo a experiência adquirida com os instrumentos mobilizados durante a pandemia – mas entende que é preciso «assegurar o bom e célere funcionamento em todo o processo de tramitação dos pedidos de apoio, quer em termos da plataforma, quer no modo presencial, por forma a se conseguir dar resposta ao volume anormal de instrução de processos de candidaturas aos

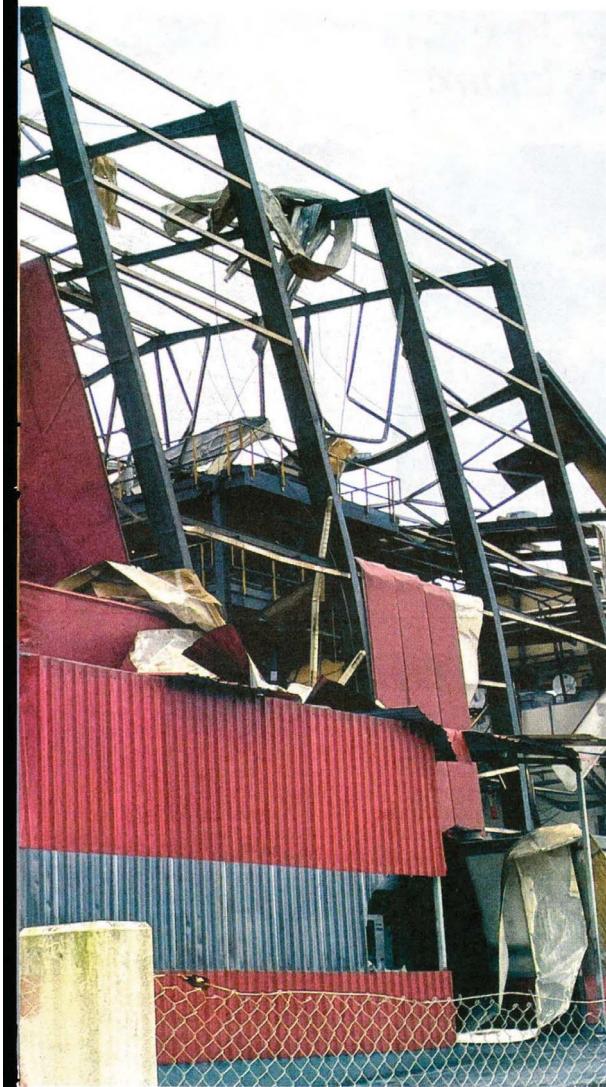
apoios», defende ao *Nascer do SOL*.

E perante os impactos que a tempestade tem causado não hesita em considerar que «a dotação será, seguramente, escassa, visto que os impactos da tempestade são muito avultados», referindo que são ainda necessários outros apoios para as empresas, nomeadamente a fundo perdido. «Importa salientar que esta situação é diferente da verificada no período da pandemia, porque nessa altura as empresas não viram as suas infraestruturas ficarem destruídas. No presente contexto, tal sucede em várias empresas, pelo que a resposta terá necessariamente de ser distinta. Estamos a falar de uma situação completamente excepcional que, naturalmente, exige medidas de caráter excepcional».

O presidente da AEP chama ainda a atenção para o facto de estas linhas de financiamento ajudarem a resolver problemas de curto prazo, mas não necessariamente no médio e longo prazo, visto que constituem endividamento e, por isso, considera que à semelhança do que aconteceu no período da pandemia, estes instrumentos de financiamento devem contar com uma componente de reforço da capitalização das empresas, com o Banco Português de Fomento a ser uma parte ativa deste processo. E não hesita: «Uma empresa que tenha sido muito afetada pela tempestade dificilmente aguentará manter a sua atividade apenas com empréstimos, pelo que são inequivocamente necessários apoios para as empresas na modalidade de fundo perdido».

Tem de haver um estímulo para as empresas manterem os postos de trabalho e até criarem novos

ARMINDO MONTEIRO
presidente da CIP



Uma opinião partilhada por Paula Franco, Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados. «Há uma parte desse empréstimo que pode ser a fundo perdido, mas na sua maioria constitui mais um encargo para as empresas, principalmente para as empresas que não têm seguro ou para os casos em que as seguradoras não cobram todos os danos», admite ao *Nascer do SOL* (ver entrevista na página 24).

Esse alerta já tinha sido dado pela Deco Proteste, que, após ter analisado as linhas de crédito avançadas pelos bancos, concluiu que «a maioria das soluções apresentadas assenta na contratação de novos empréstimos, o que pode agravar o endividamento das famílias num momento de especial fragilidade financeira». E, embora algumas instituições apresentem condições temporariamente mais favoráveis, como isenção de comissões ou bonificação de taxas de juro por períodos limitados, estas soluções acabam por se traduzir em novos créditos que terão de ser reembolsados.

LEVANTAMENTO AINDA POR FAZER

Para já, o presidente executivo do Banco Português de Fomento (BPF) adiantou que a instituição recebeu 2.038 candidaturas aos apoios devido ao mau tempo, com uma dimensão de cerca de 627 milhões de euros.

Mas as perdas serão muito mais avultadas. A exposição às zonas em situação de calamidade ascende a 25 mil milhões. É certo é que apesar de serem apontados prejuízos elevados,

tanto a CIP como a AEP reconhecem que ainda está a ser feito o levantamento das perdas. «De momento, não temos informação necessária que permita aferir um balanço dos impactos e, neste momento ninguém terá este balanço, contudo temos vários associados na região que nos reportam situações extremamente complexas, nomeadamente, a destruição da infraestrutura produtiva e de equipamentos», diz ao nosso jornal Luís Miguel Ribeiro. E acrescenta: «Sendo uma região com forte cariz exportador, há aqui não só uma perda imediata, mas também a curto e médio prazo, pela impossibilidade de satisfazer encomendas».

Também Armindo Monteiro lembra que a situação não é igual para todas. «Se algumas empresas estão à espera da reposição da luz, há outras que se debatem com danos maiores, daí considerar que quando se fala de necessidades há que avaliar caso a caso. «Curiosamente aquelas que sofreram mais são as que tinham estruturas mais modernas, em que o betão foi substituído por perfis de ferro e telhados sandwich. O problema é que não estávamos preparados para uma situação destas, porque naturalmente o nosso clima ameno não fazia antecipar, e como não estávamos preparados sofremos», acrescenta.

E admite que as medidas anunciadas pelo Governo foram feitas no tempo certo: «Não se podia esperar que no dia seguinte à tempestade houvesse logo um conjunto de medidas», já que seria sempre necessário avaliar e entender as necessidades. ●